

CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM:
O FAZER
CIENTÍFICO

Volume 2

Série Estudos da Linguagem

- ❑ *Editoria executiva:*
 - Luciane de Paula (UNESP, Assis)
- ❑ *Conselho editorial:*
 - Adail Ubirajara Sobral (UCePel)
 - Arnaldo Cortina (UNESP, Araraquara)
 - Grenissa Stafuzza (UFG, Catalão)
 - Ida Lúcia Machado (UFMG)
 - Jean Cristtus Portela (UNESP, Bauru)
 - João Bosco Cabral dos Santos (UFU)
 - Marco Antonio Villarta-Neder (UFLA)
 - Maria Angélica de Oliveira Penna (IEL, UNICAMP)
 - Maria de Fátima F. Guilherme de Castro (UFU)
 - Renata Maria F. Coelho Marchezan (UNESP, Araraquara)
- ❑ *Comitê Editorial deste volume:*
 - Arnaldo Cortina – UNESP
 - Carlos Felix Piovezani – UFSCar
 - Cristiane Carvalho de Paula – UFU
 - Dermeval da Hora – UFPB
 - Erotilde Goreti Pezatti – UNESP
 - Ester Mirian Scarpa – UNICAMP
 - Giácómo Patrocínio Figueiredo – UFOP
 - Joana Plaza Pinto – UFG
 - José Ferrari Neto – UFPB
 - Lilian Vieira Ferrari – UFRJ
 - Maria Cecília M. Mollica – UFRJ
 - Maria do Carmo Viegas – UFMG
 - Maria José Gnatta Dalcuche Foltran – UFPR
 - Maria Luiza Cunha Lima – UFMG
 - Mariangela Rios de Oliveira – UFF
 - Márcio Martins Leitão – UFPB
 - Pedro Henrique Lima Praxedes Filho – UECE
 - Renata Maria Facuri Coelho Marchezan – UNESP
 - Rodolfo Ilari – UNICAMP
 - Vanice Sargentini – UFSCar

ADAIR VIEIRA GONÇALVES
MARCOS LÚCIO DE SOUSA GÓIS
(ORGANIZADORES)

CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM:
O FAZER
CIENTÍFICO

Volume 2

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ciências da linguagem : o fazer científico : volume 2 /
Adair Vieira Gonçalves, Marcos Lúcio de Sousa Góis
(organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras,
2014. – (Série Estudos da Linguagem)

Vários autores.
bibliografia.
ISBN 978-85-7591-333-8

1. Linguística 2. Linguística – Filosofia I. Gonçalves, Adair
Vieira. II. Góis, Marcos Lúcio de Sousa. III. Série.

14-11134

CDD-410.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística : Filosofia 410.1

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO / 2014

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Prefácio	
O DISCURSO CIENTÍFICO, SEUS DESDOBRAMENTOS E SEUS EMBUSTES	7
<i>Kanavillil Rajagopalan</i>	
APRESENTAÇÃO	25
SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS E INCONTÁVEIS: UMA PORTA DE ENTRADA PARA A SEMÂNTICA	33
<i>Heronides Moura</i>	
A “DADIDADE” DOS DITOS DADOS NA/DA PRAGMÁTICA	67
<i>Kanavillil Rajagopalan</i>	
A ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO NO BRASIL: RUMOS E PERSPECTIVAS	105
<i>Marli Quadros Leite</i> <i>Gil Negreiros</i>	
O TEXTO COMO OBJETO DE PESQUISA	137
<i>Anna Christina Bentes</i> <i>Renato Cabral Rezende</i>	

APONTAMENTOS SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS PRÁTICAS.	177
<i>Grenissa Bonvino Stafuzza</i>	
<i>Marcos Lúcio de Sousa Góis</i>	
A PESQUISA EM SEMIÓTICA.	223
<i>Lúcia Teixeira</i>	
SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA E EDUCACIONAL: TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS	249
<i>Raquel Meister Ko. Freitag</i>	
<i>Lúcia Mendonça Cyranka</i>	
METODOLOGIA EM NEUROLINGUÍSTICA	281
<i>Edwiges Maria Morato</i>	
PSICOLINGUÍSTICA	321
<i>Leonor Scliar-Cabral</i>	
PLURALISMO TEÓRICO-METODOLÓGICO EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: O LUGAR DO SUJEITO E DA LINGUAGEM NAS PESQUISAS	341
<i>Alessandra Del Ré</i>	
LINGUÍSTICA COGNITIVA: UMA VISÃO INTRODUTÓRIA	373
<i>Antônio Suárez Abreu</i>	
MODELOS E MÉTODOS DE ANÁLISE FUNCIONALISTA	389
<i>Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale</i>	
<i>Táisa Peres de Oliveira</i>	
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	423
<i>Orlando Vian Jr.</i>	
SOBRE OS AUTORES.	445

Prefácio
O DISCURSO CIENTÍFICO,
SEUS DESDOBRAMENTOS
E SEUS EMBUSTES

Kanavillil Rajagopalan

A ciência arrisca suas respostas tentativas por meio de conceitos fabricados pelo homem, inevitavelmente concebidos em línguas que são também fabricadas pelo homem, mas não há como fazer melhor que isso. A própria noção do sujeito, assim como o de um e muitos, é tão paroquialmente humana quanto as classes gramaticais de palavras; perguntar como a realidade *realmente* é, independentemente das categorias humanas, é, contudo, estonteante. É como perguntar qual é a distância que o Nilo realmente percorre, independentemente de assuntos paroquiais como milhas e quilômetros. Os positivistas estavam com a razão ao classificar tal metafísica como pura bobagem. Todavia, os primeiros positivistas estavam errados quando concluíram que o mundo não está realmente composto por átomos, e assim por diante. *O mundo está como a ciência natural nos diz que ele é, na medida em que a ciência esteja correta* [...] O estruturalismo global que defendo não deve ser, por conseguinte, visto como uma ontologia estruturalista.

Quine (1992, p. 9, grifo acrescido)

Na história da Linguística, nem sempre a questão da explanação esteve no foco das atenções. Os pesquisadores se

preocupavam, isto sim, em fazer suas observações sobre seus dados e anotações sobre eles de forma mais acurada possível e descrever seus objetos de estudo – isto é, as línguas naturais – de maneira igualmente fidedigna. Nos tempos áureos da linguística dita estrutural, as atenções se desdobravam sobre as línguas classificadas no imaginário popular como “exóticas”, termo usado para se referir às línguas pouco conhecidas (isto é, para os ocidentais!), tais como as línguas indígenas das Américas, as línguas faladas pelas tribos consideradas aborígenes da Oceania, África, Ásia etc. O termo *jungle linguist* (linguista da selva), popularizado pelo filósofo Willard Quine (1960), se referia a essa fase da linguística, que marcou a primeira metade do século XX. O espírito que norteava a busca frenética dessas línguas no intuito de descrevê-las e assim registrá-las no banco de memória em benefício da posteridade era, como Pennycook (2002, p. 11) o descreve, o de um “colecionador de borboletas” (*butterfly-collecting approach*). Muitos eram também movidos por um desejo sincero de contribuir para a preservação das línguas minoritárias na beira de extinção.

O interesse para valer pela explanação só começou a se sobressair a partir da revolução chomskiana. Nos fins da década de 1950, Chomsky insistiu em que não bastava que uma teoria linguística fosse apenas adequada dos pontos de vista observacional e descritivo, ela também precisava passar pelo crivo da adequação explanatória. A adequação explanatória seria, dessa maneira, o teste de fogo de uma teoria linguística. Num trabalho intitulado *Explanatory adequacy* (Adequação explanatória), o linguista Emmon Bach (1974, p. 153) chega a cunhar a expressão “metapreocupação” para se referir “à tendência exagerada, não apenas para pensar a respeito da linguagem, mas para pensar sobre como pensar a respeito da linguagem”. Acredito que os linguistas das gerações anteriores à escola gerativa eram, via de regra, imune a essa preocupação quase doentia que passou a atormentar os novos pesquisadores.

O texto de Bach, ao qual acabamos de nos referir, fazia parte de um livro organizado por Cohen (1974) sob o título *Explaining Linguistic Phenomena* (Explicando fenômenos linguísticos). Tratava-se de uma coletânea de textos inteiramente dedicados à questão do fazer científico na linguística, por sinal o tema sobre o qual os autores do presente volume também se propõem a se debruçar, evidenciando assim o fascínio do tema até os dias de hoje. Como bem diz Lamb (2004, p. 3), ao discorrer sobre os objetivos da linguística, “Espero que ninguém esteja imaginando que eu ofereça qualquer coisa profunda ou derradeira sobre este assunto”, acrescentando que “pela sua própria natureza, a questão não permite respostas conclusivas”.

“A explicação é, no mínimo, uma organização coerente de um conjunto de dados, para qual se utiliza construtos que são mais abstratos que aqueles dados,” decretou Whitaker (1974, p. 75), um dos demais colaboradores do livro organizado por Cohen. A ideia, sobretudo no que tange à segunda parte da afirmativa, isto é, a de que uma explicação pode tolerar construtos mais abstratos em seu *explanans* (Hempel e Oppenheim 1948), é passível de contestação, como veremos mais adiante. Já Dougherty (1974, p. 128) não hesitou nem um pouco em declarar com todas as letras: “Quando um linguista escolhe uma gramática em detrimento de outra, ele está se subscrevendo a uma definição singular do que, no seu entender seria a ‘explicação na linguística.’” O próprio Chomsky, inspirador de frases como essa, chegou a concluir que uma gramática é, no fundo no fundo, uma explicação sobre o funcionamento do cérebro humano.

Mas, as discussões sobre explicação não param por aí. Dretske (1974, pp. 21-22), mais um dos colaboradores do livro organizado por Cohen, alerta o leitor de que “Explicações parecem pairar sobre as nossas mais inocentes descrições e as descrições, por sua vez, parecem dominar as nossas mais elaboradas explicações”, acrescentando logo em seguida que

“Uma explanação é simplesmente uma descrição responsiva a certos interesses”.

Em outras palavras, Dretske nega sumariamente que à explanação possa ser creditado qualquer estatuto da ordem “*meta*”.

De vez em quando, vale a pena lembrar-nos de uma famosa frase proferida pelo poeta inglês Byron a respeito do seu colega e conterrâneo Coleridge: “Explicando a metafísica à nação, seria proveitoso se ele explicasse sua própria explicação”. Ou seja, aquilo que soa para alguém como uma boa explicação, uma explicação convincente, pode parecer a uma outra pessoa como qualquer coisa menos uma explicação. É justamente isso que se verifica numa afirmação de Givón (1977), que em seu livro *On Understanding Grammar* (Sobre compreender a gramática), argumenta que para que algo seja considerada uma boa explanação, o mesmo deve se valer de termos mais simples e fáceis de compreender do que o próprio *explanandum*, para continuar utilizando a terminologia de Hempel e Oppenheim (1948). Dessa forma, o autor se posiciona diametralmente contrário a Whitaker (acima referido), para quem é perfeitamente normal e aceitável que uma explanação abrigue construtos mais abstratos do que o próprio termo/conceito a ser explicado.

No fundo, a diferença entre Whitaker e Givón em relação aos termos utilizados no *explanans* (isto é, se estes podem ou não ser mais abstratos do que aqueles contidos no *explanandum*), tem a ver com duas maneiras distintas de encarar o propósito de uma explanação. Numa, a de Whitaker, o que importa é a exatidão e a exaustão; noutra, a de Givón, é a facilidade de compreensão por parte da pessoa a quem a explanação é oferecida. Há aqui uma nítida comparação com dois tipos de dicionários – por um lado, aqueles dicionários que, guiados pelos melhores princípios de lexicologia, procuram fornecer definições mais acuradas dos verbetes; por outro lado, os dicionários escolares,

confeccionados no intuito de auxiliar os usuários a compreender vocábulos menos usuais (confira Rajagopalan 2011).

Convém ressaltar, no entanto, que tanto Whitaker como Givón estavam se baseando na ideia de que uma explanação ocorre estritamente no interior de um universo, composto pelas premissas e a conclusão a que se chega a partir delas, não importando nenhum outro fator. Num texto escrito em 1989, Robin Lakoff joga uma ducha de água fria sobre tal cômodo quando diz que “os modelos teóricos são, afinal de contas, construídos pelos seres humanos para atenderem a certas necessidades suas emocionais e estéticas, de forma consciente ou não” (Lakoff 1989, p. 962), explicitando assim o termo “interesses”, que, convenhamos, era um tanto vago, na formulação de Dretske acima.

Falar em “necessidades [...] emocionais e estéticas” é claramente ampliar o domínio dos fatores que são identificados como relevantes na construção de teorias e especular como eles procuram explicar as coisas que se propõem explicar. Ao assumir uma postura como essa, Lakoff acena para a importância de se levar em conta o ‘estilo’ – a retórica – de um argumento científico além do seu conteúdo e rigor lógico. Lembrando os dias em que foi aluna de Chomsky num período em que a escola gerativa ainda se encontrava numa luta pela sobrevivência no cenário acadêmico nos EUA, ela nos dá o seguinte depoimento:

[...] a influência preponderante que Chomsky teve sobre seus discípulos naqueles tempos, uma influência tanto moral quanto intelectual. Ele falava numa voz tão macia, persuasiva que parecia utilizar tão somente argumentação racional. Ele portava convicção sólida, em parte porque parecia estar acima das contendas que tanto assolavam a academia, interessado apenas na verdade por si só, não em levar o melhor nas rivalidades doutrinárias que caracterizavam outras disciplinas. (p. 941)

Num texto de Ross que só conheço na forma de manuscrito (nem sei se foi publicado), o autor, também ex-discípulo de Chomsky, se derrete quando faz o seguinte depoimento sincero e comovente:

[...] minha maior dívida para como meu mestre Noam Chomsky não é de que ele me forneceu uma teoria para continuar construído-a, enriquecendo-a – mas de que ele repassou para mim a *ideia de construir*, o faro para seguir conclusões, o gosto pela precisão [...] (Ross 1981, p. 5)

Com o depoimento, Ross confirma a alegação de Lakoff de que argumentos são ganhos e às vezes novos paradigmas são inaugurados não só pelo rigor da lógica, mas também pela sensibilidade de relações que se estabelecem entre um mestre e seus discípulos. A importância do estilo no discurso científico tem sido tema de muitas discussões. Por exemplo, Prodger (1998, p. 144) aponta:

Os historiadores hoje em dia admitem a importância das técnicas narrativas de Darwin na aceitação de suas ideias [pela comunidade]. Darwin é admirado como mais do que um teórico astuto; ele também foi um escritor muito talentoso. Darwin produziu obras que cativaram o público.

Promovendo sua tese que vai na mesma direção, Mary Hesse (1980, p. 173) já havia argumentado que a linguagem da ciência é irredutivelmente metafórica e “a lógica da ciência é interpretação circular, reinterpretação e autocorreção de dados de acordo com a teoria, a teoria de acordo com os dados”. Estão redondamente enganados, portanto, aqueles que acreditam que, a ciência pode se dar ao luxo de dispensar o estilo, a retórica.

Voltando ao texto de Lakoff, num outro trecho do mesmo, a autora nos confronta com o seguinte desafio:

Eu vejo o seguinte como a principal pergunta perturbadora que não quer se calar: a Linguística é uma ciência? Se não for, daí? Antes de vocês rangerem seus dentes e contorcerem suas mandíbulas, por favor, pensem nisso: Será que queremos que nosso campo de atuação seja uma ‘ciência’ porque o nome faz com que nós nos sintamos prestigiados ou úteis; ou, será que têm outras justificativas?

Que o termo ‘ciência’ traz prestígio e respeitabilidade, ninguém pode negar. Não é por acaso que a linguística, desde sua reinauguração no começo do século passado vem alardeando seu caráter *científico* e utilizando a artimanha para fustigar a gramática dita ‘tradicional’, seu saco de pancadas favorito.

Acontece que o que vem a ser a ciência não é matéria de consenso até mesmo entre os cientistas. Da mesma forma que, conforme vimos, o que é uma explanação para um pode não ser explanação para outro, dois cientistas podem ter ideias diversas sobre o que constitui a ciência. Dizer, como faz Kuhn (2003), que, no interior de um mesmo paradigma haverá amplo consenso, apenas alivia, não resolve definitivamente, o nosso problema. Ademais, a situação não se difere daquela descrita, ao que parece, pelo pensador alemão Schopenhauer de que a única diferença entre uma teoria e um surto de delírio é que o segundo se materializa como um episódio solitário. Ou seja, quando o grupo inteiro se delira em sintonia, tem-se uma teoria robusta, onde todo mundo está de acordo uns com os outros em relação a dados relevantes e a explanação convincente para eles. Afinal de contas, não é ao mesmo Schopenhauer que se atribui a frase inesquecível que diz “Toda verdade passa por três etapas. Primeiro, é ridicularizada. Segundo, é violentamente contestada. Terceiro, é aceita como autoevidente”?

Num texto de extrema acuidade intitulado *Creativity – a dangerous myth* (Criatividade – um mito perigoso), Paul Feyerabend (1987) contesta a visão propagada desde Platão, segundo a qual

a inspiração divina, acompanhada por invocação de Musas e frenesi (e por aí vai), estaria por trás de toda criatividade, ideia esta retomada por Einstein (1954, p. 291), que descreve conceitos e teorias como “criações livres da mente humana”. Feyerabend rechaça a alegação de que a criatividade individual seja a mola propulsora dos avanços da cultura, afirmando que tal ideia é não só absurda, mas perigosa. Em suas próprias palavras, tal assunção “[...] faz sentido apenas quando os seres humanos forem vistos como entes autocontidos, separados do restante da natureza, munidos de ideias e livre arbítrio próprios”. Num outro trecho do texto, Feyerabend ataca frontalmente a questão central.

Um argumento começa com determinadas assunções, procede num determinado caminho, e possui vigor tão somente se movimentar numa direção aceitável. Posto num ambiente hostil, o mais belo argumento pode soar como sofisma. Isso é verdadeiro na ciência, mais verdadeira ainda em política e no senso comum que a alavanca em países democráticos. (p. 710)

Feyerabend estava se posicionando contra uma longa tradição de pensar a ciência, tradição esta encarnada pela disciplina chamada de ‘Filosofia da Ciência’. Quando Borges Neto, autor do primeiríssimo capítulo do volume 1 desta série diz, logo na abertura do seu texto que

a Filosofia da Linguística é um ramo da Filosofia da Ciência voltado especificamente ao estudo das teorias linguísticas, sua análise, avaliação e comparação de propostas concorrentes. Trata-se de uma área de estudos paralela à Filosofia da Física, à Filosofia das Ciências da Vida, à Filosofia da Matemática, da Psicologia, da História etc. (p. 35)

ele frisa uma das principais marcas desta empreitada. A Filosofia da Linguística se concentra nas teorias linguísticas como propostas estáticas, autocontidas e desvinculadas das condições sócio-históricas que propiciaram sua construção, divulgação, aceitação e eventual propagação ou rejeição pela comunidade acadêmica. Ela encara a ciência como um empreendimento em si e por si só.

Em contraposição à Filosofia da Ciência, tem surgido nas últimas décadas uma corrente que se chama a Sociologia de Conhecimento. Embora a Sociologia de Conhecimento remonte aos pensadores alemães como Max Scheler e Karl Mannheim, foi o livro *Social Construction of Reality* (Construção Social da Realidade), organizado por Berger e Luckmann (1966) que consolidou a área como um campo alternativo de pensar a ciência. Diga-se de passagem que, quando o filósofo norte-americano John Searle publicou em 1995 seu livro *The Construction of Social Reality* (A construção da Realidade Social), ele estava veladamente discordando da postura defendida por Berger e Luckmann e indicando sua discordância, sutilmente parodiando o título da sua obra. No rastro da obra de Berger e Luckmann surgiram outras tantas, notadamente as de Bloor (1976) e Pickering (1984). O primeiro foi o fundador da escola de Edimburgo e também da revista *Social Studies of Science*. Em 1988, Stanley Aronowitz publica seu livro *Science as Power* (Ciência como poder) no qual apresenta a tese de que “as normas da ciência não são, de modo algum, autoevidentes e que a melhor forma de encarar a ciência é como um discurso socialmente construído que legitima seu poder ao apresentar-se como verdade”.

Em seu livro intitulado *Philosophy of Science and Its Discontents* (Filosofia da Ciência e seus descontentes), Fuller (1993, p. xi) traça um histórico do fascínio que a filosofia da ciência exerce. Segundo o autor, a partir do momento em que Kant legitimou o estudo de conhecimento (*episteme*) como independente da

realidade última, tornou-se desnecessário responder a todas as objeções do cético para dar prosseguimento à empreitada epistêmica. O século XIX não perdeu tempo em assimilar as vantagens dessa saída e incorporou a ideia no movimento positivista, cujos principais porta-vozes foram Auguste Comte e John Stuart Mill. Para esses intelectuais, a problemática do conhecimento era, em larga medida, normativa: qual é a forma mais valiosa de conhecimento? Importaria nos dispormos apenas daquela forma e não de nenhuma outra?

Fuller entende que as respostas possíveis às perguntas levantadas acima giram em torno da organização social da investigação, entendido tanto externamente (o papel da ciência na sociedade ampla) como internamente (ciência como uma sociedade no sentido minúsculo, isto é, o círculo íntimo dos pares). Na medida em que, ao longo do século XIX, a ciência se tornou uma sociedade no sentido minúsculo, os positivistas e seus simpatizantes começaram a perder qualquer vínculo com a sociedade ampla e o lugar da ciência nela. Para Fuller, ainda não conseguimos nos livrar das garras desse modo de ver as coisas. Em suas próprias palavras,

Os nomes mais destacados da filosofia da ciência do século XX – os positivistas lógicos, Popperianos e Kuhnianos – têm conseguido se manter feis à empreitada do século anterior, ainda que de forma bem mais abstrata e com as metáforas sociais relegados a um punhado de metáforas cativantes como é o caso de ‘revolução’ que consta nas páginas do livro *A Estrutura de Revoluções Científicas* de Kuhn. (Fuller 1993, p. xi)

Mais adiante, Fuller chega a se referir, com desprezo indisfarçado, ao “objeto ilusório dos estudos filosóficos, *a história interna das ciências*”, tirando o tapete debaixo da última cartada daqueles que querem transformar a história de ciências numa história de ideias científicas contempladas independentemente das condições em que elas foram aventadas.

Na ótica da sociologia de conhecimento, a ciência só pode ser compreendida no seu contexto sócio-histórico. As circunstâncias sociais e políticas que prevalecem no momento da produção do conhecimento não são fatores externos ou periféricos; pelo contrário, elas impingem no conteúdo das novas descobertas e ditam os rumos que a ciência vai tomar daí em diante. A sociologia de conhecimento entende que a ciência também não passa de uma prática social. E os cientistas são, antes de serem gênios, seres humanos de carne e osso e permanecem como tais mesmo após se ingressarem no clube seleta dos cientistas.

O seguinte depoimento de Restivo (1988, p. 6) é bastante eloquente e esclarecedor neste sentido:

Até mesmo quando estou executando trabalho científico, uma atividade que confesso não poder conduzir em associação direta com outras pessoas, eu desempenho um ato social, pois é um ato *humano*. Trata-se do único material da minha atividade – como a própria linguagem que o pensador utiliza – que é dado a mim como um produto social. A minha própria existência é uma atividade social. (grifo no original)

Mais recentemente, a questão da presença humana na constituição da ciência e o papel do cientista-agente tem sido tratada como uma questão da natureza situada (*situatedness*) da ciência (Rampton 1997; Rajagopalan 2003; Signorini 2008). Nas palavras de Rampton,

Os pesquisadores jamais podem deixar de serem socialmente situados, com biografias e subjetividades que são convocadas a testemunhar todas as etapas do processo da pesquisa, influenciando de uma forma ou de outra as perguntas que eles fazem e o modo como eles procuram respondê-las. (Rampton 1997, p. 11)

McCloskey, economista de grande renome internacional e intelectual que revolucionou o seu campo de pesquisa, declarou em 1984:

As afirmativas científicas são atos de fala, produzidos na cena de tradição científica por um cientista-agente, por intermédio de tropos usuais, para fins de descrever a natureza ou a humanidade de maneira melhor que seus pares. (McCloskey 1984, p. 105)

E continua:

O erro está em achar que o cientista está engajado num ato proposicional, que é uma questão da lógica formal, quando na verdade ele está engajado – todo dia, na maioria dos dias – em atos ilocucionários, que são atos retóricos. (McCloskey 1984, p. 106)

Muito antes de McCloskey, Jaako Hintikka, renomado filósofo e lógico finlandês e considerado a pai da lógica epistêmica formal, havia recorrido ao conceito daquilo que Austin chamava de ato ilocucionário (Austin 1962) para elucidar o enigmático enunciado de Descartes *Cogito, ergo sum*, argumentando que

Descartes não está inferindo *sum* a partir de *cogito*, mas demonstrando para si sua própria existência “performando” um ato de pensar. A expressão *cogito* não marca uma premissa da qual *sum* é inferida, mas um pensamento-ato que revela (pelo tempo que o mesmo dura) para Descartes o ente que ele é. (Hintikka 1989, p. 113)

No rastro destes trabalhos pioneiros, Beaugrande (1998) analisa o discurso científico de Chomsky, mostrando que, como não podia deixar de ser de outra maneira, os escritos de Chomsky

também ilustram a presença de atos de fala, deles tirando toda sua força e prestígio científicos.

O que todos esses autores estão insinuando é que talvez tenha chegado a hora de embargar um velho preceito que tem norteado a nossa conduta através de séculos: o de que o que importa mesmo é o pensamento, a língua só serve quando ajuda a transmiti-lo sem o mínimo de distorções. Essa ideia se encontra expressa da seguinte maneira na obra *Leviathan* de Hobbes: “O uso geral da língua é transferir o nosso discurso mental para o discurso verbal; ou, a cadeia dos pensamentos para a cadeia de palavras (Hobbes 1651, pp. 1-4)”. Como assinala Hacking (1975, p. 16),

os manuais de redação produzidos no século XVII frequentemente nos recomendam que devemos, à medida do possível, desvencilhar o nosso pensamento da língua, pois a linguagem pública, diferentemente do discurso mental, está sujeita a abusos.

Essa mesma questão foi abordada por Geoffrey Hartman (1980, p. 242), crítico literário, quando, a partir de um olhar eminentemente textualista, decretou “A teoria, ela própria, se constitui um outro texto; portanto não goza de nenhum estatuto privilegiado”.

Ora, se a teoria, conforme nos alerta Hartman, não passa de mais um texto, qualquer reflexão que se possa fazer *sobre* esse texto também não pode almejar a ser qualquer coisa a não ser mais um texto. Dito de outra forma, se todo texto pede para ser compreendido dentro do seu (con)texto, qualquer teoria também pode, e *deve*, ser abordada dentro do seu contexto maior, contexto este que inclui todos aqueles fatores que os sociólogos do conhecimento veem insistindo que sejam levados em conta (sobre essa questão veja Rajagopalan 1989).

Antes de terminar estas breves reflexões acerca da natureza científica da Linguística bem como das diferentes formas de encarar a questão da cientificidade, devemos alertar o leitor sobre as incertezas que ainda pairam sobre o tema. Com certeza, as coisas estão ainda muito longe de serem concluídas definitivamente. E não há perspectivas de um desfecho rápido ou derradeiro, pelo menos no curto ou médio prazo. Talvez nem devamos aspirar por um desfecho que nos propicie um sossego duradouro. Pois, independente de qualquer desfecho, a ciência vai continuar a despertar a nossa curiosidade, o nosso eterno fascínio. E, como diz Quine (na epígrafe deste prefácio), “O mundo está como a ciência natural nos diz que ele é, *na medida em que a ciência esteja correta* [...]”. Os cientistas – entre eles nós linguistas – podem ficar tranquilos de que não vai faltar o que fazer no futuro concebível.

Referências

- ARONOWITZ, S. (1988). *Science as Power*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- AUSTIN, John L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.
- BACH, E. (1974). “Explanatory inadequacy”, *in*: COHEN, D. (org.) *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company, pp. 153-171.
- BEAUGRANDE, R. de (1998). “Performative speech acts in linguistic theory: The rationality of Noam Chomsky.” *Journal of Pragmatics* 29, pp. 1-39.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (orgs.) (1966). *Social Construction of Reality*. Nova York: Anchor Books.

- BLOOR, D. (1976). *Knowledge and Social Imagery*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- COHEN, D. (org.) (1974). *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company.
- DOUGHERTY, R.G. (1974). "What explanation is and isn't", *in*: COHEN, D. (org.) *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company, pp. 125-151.
- EINSTEIN, A. (1954). "Physics and Reality", *in*: *Ideas and Opinions*. Nova York: Diane Publishing Company.
- FULLER, S. (1993). *Philosophy of Science and Its Discontents*. Nova York: The Guilford Press.
- GIVÓN, T. (1979). *On Understanding Grammar*. Nova York: Academic Press.
- HACKING, I. (1975). *Why Does Language Matter to Philosophy?* Cambridge: Cambridge University Press.
- HARTMAN, G. (1980). *Criticism in the Wilderness: The Study of Literature Today*. New Haven: Yale University Press.
- HEMPEL, C. G. e OPPENHEIM, P. (1948). "Studies in the Logic of Explanation." *Philosophy of Science*, XV, pp. 135-175.
- HESSE, Mary (1980). *Revolutions and Reconstructions in the Philosophy of Science*. Brighton: The Harvester Press.
- HINTIKKA, Jaakko (1962). "Cogito, Ergo Sum: Inference or Performance?" *The Philosophical Review*, vol. 71, n° 1, pp. 3-32
- HOBBS, T. (1651). *Leviathan or The Matter, Forme and Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civill*. St. Paul's Churchyard: The Green Dragon.

- KUHN, T. (2003). *A estrutura das revoluções científicas*. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva.
- LAKOFF, R. (1989). “The way we were: or the real actual truth about generative semantics. A memoir.” *Journal of Pragmatics*, vol. 13, n° 6, pp. 939-988.
- LAMB, S. (2004). “Language and Reality”, in: WEBSTER, J. (org.) *Language and Reality*. Londres/Nova York: Continuum.
- MCCLOSKEY, D.N. (1984). “The literary character of economics.” *Daedalus*, vol. 113, n° 3, pp. 97-119.
- PENNYCOOK, A. (2002) “Mother tongues, governmentality, and protectionism.” *International Journal of the Sociology of Language*, n° 154, pp. 11-28
- PICKERING, A. (1984). *Constructing Quarks: A Sociological History of Particle Physics*. Chicago: University of Chicago Press.
- PRODGER, P. (1998). “Illustration as strategy in Charles Darwin’s *The Expression of the Emotions in Man and Animals*”, in: LENOIR, T. (org.) *Inscribing Science: Scientific Texts and the Materiality of Communication*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 140-181.
- QUINE, W. v. O. (1960). *Word and Object*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- _____. (1992). “Structure and nature.” *The Journal of Philosophy*, vol. LXXXIX. n° 1, pp. 5-9.
- RAJAGOPALAN, K. (1989). “Sobre a indissociabilidade do historiar da linguística do próprio fazer da linguística.” *DELTA*, vol. 5, n° 2, pp. 225-240.

- _____. (2003). “The philosophy of applied linguistics”, in: DAVIES, A. e ELDER, C. (orgs.) *Handbook of Applied Linguistics*. Nova York: Blackwell, pp. 397-420.
- _____. (2011). “Resenha do livro *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*” por CARVALHO, O. L. de S. e BAGNO, M. (orgs.) *DELTA*, vol. 27, pp. 147-153.
- _____. (2012). “Performativity and the claims of scientificity of modern linguistics.” *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. vol. 28, pp. 85-103.
- _____. (2013). “Linguistics as a performative science”, in: VIAN JR., Orlando e CALTABIANO, Cida (orgs.) *Língua(gem) e suas múltiplas faces – Estudos em Homenagem a Leila Barbara*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 27-36.
- RAMPTON, B. (1997) “Retuning in applied linguistics.” *International Journal of Applied Linguistics*, 7, pp. 3-25.
- RESTIVO, S. (1988). “The social life of mathematics.” *Philosophica*, vol. 42, pp. 5-20.
- ROSS, J. R. (1981). “Human linguistics.” São Paulo: Biblioteca da PUC-SP. (mimeo)
- SEARLE, J. (1995). *The Construction of Social Reality*. Nova York: Free Press.
- SIGNORINI, I. (2008). *Situar a Linguagem*, vol. 1 e 2. São Paulo: Parábola Editorial.
- WHITAKER, H. A. (1974). “Is Grammar in the brain?”, in: COHEN, D. (org.) *Explaining Linguistic Phenomena*. Washington: Hemisphere Publishing Company, pp. 75-89.

APRESENTAÇÃO

O segundo volume da série *Ciências da Linguagem: o fazer científico* é a continuação de um trabalho que se iniciou em 2009, quando nos desafiamos a escrever sobre nossas práticas de pesquisa. Na ocasião, fizemos a seguinte pergunta a pesquisadores dos mais distintos ramos da Linguística e cantos do país: “Suponhamos que um estudante queira fazer pesquisa em sua linha/área de investigação, o que ele precisa saber (e) fazer?” Ou seja, como são gerados os dados; quais as possíveis linhas de atuação na área de investigação; quais os teóricos basilares; e assim por diante. Não foi nosso desejo produzir um livro de introdução a certas áreas da Linguística, e sim tematizar suas práticas científicas. O resultado nos mostra a Linguística em sua pluralidade.

Isso dito, os textos que se encontram neste volume refletem as diversidades próprias do fazer científico. Como veremos, os artigos podem ser agrupados em pelo menos três conjuntos distintos: no primeiro, há artigos que dividem determinada área maior, como a Semântica e a Análise da Conversação, por exemplo, em subáreas, e mostram como efetivar uma pesquisa numa delas. Noutro grupo, encontram-se textos que exemplificam o fazer científico partindo de pesquisas já feitas e orientadas pelo próprio autor do artigo; é o caso da

Linguística Textual e da Linguística Sistêmico-funcional. No terceiro, autores que construíram seus capítulos traçando um panorama desde o surgimento da área, como a Psicolinguística, mostrando em quais centros de pesquisa tal abordagem é realizada, além de traçarem um percurso metodológico na área.

No primeiro capítulo, intitulado “Substantivos contáveis e incontáveis: uma porta de entrada para a semântica”, Heronides Moura (UFSC), numa linguagem didática e instigante, aborda os fatores cognitivos, gramaticais e pragmáticos na interpretação de uma forma linguística. Situado no campo da Semântica, Moura inicialmente apresenta uma diferenciação entre quatro abordagens teóricas da Semântica, a saber: formal, argumentativa, lexical e cognitiva. Após, descreve de modo conceitual a oposição entre contável x incontável, sustentando que as categorias conceituais em voga são insuficientes para classificar um substantivo como contável ou incontável. Em seguida, a partir de inúmeros exemplos, sustenta que o caráter contável ou incontável de um substantivo depende da maneira como são pensados, ou seja, de sua representação cognitiva. Nas conclusões, aponta para o fato de que, ao analisar um aspecto semântico, é preciso atentar para três aspectos distintos, mas complementares: “a) as estruturas conceituais subjacentes; b) as construções gramaticais que servem para representar as estruturas conceituais; c) os contextos de uso que definem como se dá a conexão entre estrutura conceitual e estrutura gramatical” (p. 64). O capítulo é importante aos interessados em estudar semanticamente as línguas naturais ao apresentar diferentes modelos teóricos para uma análise semântica.

Na sequência, trazemos o capítulo de Kanavillil Rajagopalan (Unicamp), “A “dadidade” dos ditos dados na/da pragmática”. O autor começa por problematizar o título, mobiliza informações da própria história enquanto pesquisador, discute o que são os “dados”, e, em seguida, contextualiza a Pragmática no cenário científico. Em síntese: faz, primeiramente,

uma discussão geral acerca dos dados, depois, dos dados em Pragmática, ilustrando com amostras retiradas de situações de usos da linguagem. O texto é uma reflexão a respeito de nossas práticas metodológicas, teóricas, enfim, científicas, e não só as capitais à área de Pragmática.

No terceiro capítulo, “Análise da Conversação no Brasil: rumos e perspectivas”, Marli Quadros Leite (USP/CNPq) e Gil Negreiros (UFSM) dividem o trabalho em duas partes: primeiramente, fazem uma breve apresentação da constituição histórica da Análise da Conversação, acentuando as outras disciplinas às quais se liga fundamentalmente, e delinham alguns de seus princípios e métodos. Na segunda, colocam em evidência duas abordagens da AC em desenvolvimento no Brasil, denominadas: a) Análise da Conversação Textual e Discursiva (ACTD) e b) Análise da Conversação Etnometodológicas (ACE). Para os autores, essas duas perspectivas dentro do campo da AC têm como ponto de intersecção o *corpus*, diferenciando-se, aparentemente, no modo como elegem seus objetos de análise. O texto é profícuo ao ratificar, em vários momentos, certa identidade brasileira nas pesquisas em AC.

A área de Linguística Textual está contemplada, no quarto capítulo, com “O texto como objeto de pesquisa”, assinado por Anna Christina Bentes (Unicamp) e Renato Cabral Rezende (Unifesp). Os autores colocam em destaque a noção de “texto”, afirmando que, dada a sua “complexidade”, o pesquisador deve estar atento aos “implícitos” que essa expressão mobiliza. Diante disso, estabelecem dois possíveis eixos de trabalho no campo da Linguística Textual: no primeiro, discutem brevemente aspectos das relações entre o fenômeno textual e os gêneros do discurso; no segundo, focalizam ações específicas de construção da textualidade. Bentes e Rezende elegem tais eixos porque, segundo eles, a depender da escolha, os interesses e as questões são diferentes, logo, os modos de apreensão dos fenômenos também se modificam. No decorrer do texto, exemplificam os

percursos metodológicos de pesquisa em Linguística Textual, trazendo trabalhos recém-defendidos no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL, Unicamp), a partir de dois gêneros discursivos: blogs e programas de auditório. Nas conclusões do artigo, apresentam uma lista de autores que desenvolveram temas e categorias analíticas do campo de estudos do texto, bastante útil àqueles que buscam desenvolver pesquisas em Linguística Textual, além de responder ao propósito do artigo: qual a finalidade da Linguística Textual? Para os autores, serve para desenvolver uma “uma melhor compreensão dos processos de produção, recepção e circulação de textos” (p. 167).

Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG) e Marcos Lúcio de Sousa Góis (UFGD), no capítulo “Apontamentos sobre a Análise do Discurso e suas práticas”, reconhecem a existência de “n” modos de se analisarem discursos. Os autores inicialmente fazem uma discussão a respeito da noção de “discurso” no século XX, a partir de leituras realizadas de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Michel Pêcheux, observando que os sentidos de “discurso” são diversos, a depender da área do conhecimento que o mobiliza. Tratam, primeiramente, de teorias que fundamentam essa análise do discurso, fazendo alguns apontamentos sobre *corpus* e, por fim, trazendo uma prática de análise. Ao longo do texto, indicam leituras complementares que esperam funcionar, para o pesquisador iniciante e/ou recém-iniciado, de apoio, como um guia pelos múltiplos caminhos da AD.

A pesquisa em Semiótica está contemplada no capítulo assinado por Lúcia Teixeira (UFF). Neste texto, a autora faz um panorama dos estudos semióticos, e apoia suas discussões em duas figuras emblemáticas: Algirdas Julien Greimas e Roland Barthes, mostrando de que maneira esses dois pesquisadores foram fundamentais para a solidificação da Semiótica enquanto campo ativo do conhecimento. Teixeira ainda apresenta dois momentos de “definição paradigmática” da teoria; em seguida, discute a noção de *corpus*, como base para a seleção de objetos

de análise. Chama a atenção dos leitores para a importância de os pesquisadores dominarem as bases teóricas que sustentam a Semiótica, conhecerem os conceitos e terem familiaridade com a terminologia. Finalmente, aponta alguns caminhos para a pesquisa contemporânea.

Raquel Meister Ko. Freitag (UFS) e Lúcia Mendonça Cyranka (UFJF) assinam o capítulo “Sociolinguística Variacionista e Educacional: tendências metodológicas”, em que oferecem um histórico do momento inicial da teoria na década de 1960. As autoras tecem apontamentos relativos à Sociolinguística variacional, educacional e a interacional, centrando as reflexões nas duas primeiras. Na sequência, discutem os métodos de coleta de informações para pesquisas e tratam de bancos de dados em Sociolinguística nas vertentes aqui discutidas. Finalizam com uma correlação entre esse campo de estudo e o da Linguística de Corpus, defendendo que, enquanto esta busca estudar padrões de distribuição mais globais, a Sociolinguística foca aspectos individuais.

Em “Metodologia em Neurolinguística”, Edwiges Maria Morato (Unicamp) mostra desde o início como há distintas perspectivas e formas de se conceberem as relações entre linguagem, cérebro e cognição. Para a autora, a Neurolinguística é um campo do saber interdisciplinar, que busca utilizar diferentes abordagens teórico-metodológicas, muitas vezes híbridas e complementares, do tipo experimental e observacional, quantitativo e qualitativo, transversais e longitudinais. Finaliza o texto defendendo que, embora haja certo “mosaico de inteligibilidade” frente à questão “corpo-mente”, há propostas teórico-metodológicas que buscam ordenar esse campo do saber. Em todo caso, aponta que todo esse entendimento em Neurolinguística visa reconciliar o conjunto “linguagem, cérebro e cognição” e “interação humana”.

Leonor Scliar-Cabral discute, em “Psicolinguística”, o surgimento da Psicolinguística em dois seminários de verão:

o primeiro, na Universidade de Cornell (1951), e, o segundo, na Universidade de Indiana (1953), comentando o recorte do objeto da nova ciência então delineado. A seguir, faz um breve histórico, discutindo as duas fases fundamentais à consolidação da Psicolinguística: a de base comportamentalista, centrada nos trabalhos de Skinner, e a de base Linguística, influenciada pelas oposições feitas por Chomsky ao paradigma do estímulo-resposta-recompensa de Skinner. Destaca também o nascimento da chamada Psicolinguística Aplicada, focada no ensino. Na sequência, Scliar-Cabral defende que a Psicolinguística combina os métodos comportamentais e os instrumentais, e, ao final, elenca uma série de periódicos, autores e instituições que fazem pesquisas na área. Este capítulo mantém forte relação com os trabalhos de Edwiger Morato e Alessandra Del Ré a seguir.

As pesquisas em Aquisição da Linguagem encontram-se representadas no texto “Pluralismo Teórico-metodológico em Aquisição da Linguagem: o lugar do sujeito e da linguagem nas pesquisas” de Alessandra Del Ré (Unesp). No capítulo, é apresentado/elucidado o objeto de estudos da área, as teorias que a sustentam e, também, de que modo essa área do conhecimento faz o tratamento do *corpus*. A autora realiza cuidadoso trabalho, explicando as etapas importantes em relação ao desenvolver pesquisas em Aquisição da Linguagem. Àqueles que pretendem investigar de que forma “a criança entra na língua, subverte regras, torna-se poeta”, fica o convite a adentrar neste fascinante campo de investigação.

Antônio Suarez Abreu (Unesp) mobiliza, em “Linguística Cognitiva: uma visão introdutória”, uma série de exemplos para mostrar como se pode fazer pesquisa em Linguística Cognitiva, sustentando que essa área visa, principalmente, estudar as estratégias utilizadas pelos seres humanos para criar categorias no mundo ao seu redor. As frases mobilizadas por Abreu apontam para as discussões em torno de temas como referência sintática, a corporificação da linguagem humana, a integração

conceptual (ou *blending*). Ratifica que a Linguística Cognitiva é um modelo teórico bastante promissor para descrição de dados.

“Modelos e métodos de análise funcionalista” é o capítulo proposto por Flávia Bezerra de M. Hirata Vale (UFSCar) e Taísa Peres de Oliveira (UFMS). As autoras apresentam questões relacionadas aos procedimentos metodológicos orientadores da pesquisa funcionalista a respeito dos fenômenos linguísticos. São apresentados, a título de contextualização, três modelos funcionalistas: a gramática sistêmico-funcional (esta seção dialoga sobremaneira com o capítulo de Vian Jr, a seguir); o funcionalismo norte-americano; funcionalismo da gramática discursivo funcional. Exemplificam o modo como cada uma dessas vertentes faz o tratamento do *corpus*, a partir do processo de articulação das orações. O objetivo de Hirata Vale e Oliveira é simples e preciso: mostrar que não existe apenas um caminho quando se trata de investigações funcionalistas; há diferentes modos de se produzirem conhecimentos linguísticos a partir desse aporte teórico.

No capítulo final deste volume, “Linguística Sistêmico-Funcional” (LSF), Orlando Vian Jr. (UFRN) apresenta um campo de estudos da linguagem para o qual o texto é o resultado da relação entre língua, linguagem e seu contexto. Conforme o autor, os falantes/escritores, inseridos em contextos socioculturais diversos, utilizam a língua para construir significados e para atingir propósitos comunicativos. Vian Jr. aborda as dimensões da linguagem, a partir da perspectiva sistêmico-funcional, e mostra como pesquisadores da área desenvolvem investigações sobre os mecanismos pelos quais a língua ocorre em diferentes contextos. O autor traz vários percursos metodológicos em LSF, pela ordem: estudo do gênero; sistemas de transitividade, modo e tema; estudo com foco em uma metafunção; interfaces com outras disciplinas. Ao final, chama a atenção para o seguinte: o texto, por ser um fenômeno rico e multifacetado, exige uma metodologia para sua

análise que dê conta das várias possibilidades de sentido que podem emergir de um texto.

Os 13 textos que compõem este volume são novas amostragens de como as práticas que lidam com a língua(gem) são plurais. Obviamente, conforme assinalamos no Volume 1, os capítulos aqui refletem essa diversidade teórico-metodológica do fazer científico, e o principal reflexo disso está na forma como a questão desafiadora foi respondida. As respostas são, por assim dizer, apenas respostas, sem a mínima pretensão de serem definitivas. Esperamos que este volume possa, de forma semelhante ao primeiro, servir para jovens pesquisadores aprimorarem seus conhecimentos no campo da Linguística.

Adair Vieira Gonçalves
Marcos Lúcio de Sousa Góis